

Capítulo I PÓS-POSITIVISMO

1 O pós-positivismo e a teoria dos direitos fundamentais	1
2 Neoconstitucionalismo (o novo constitucionalismo)	5
2.1 Características do neoconstitucionalismo	7
3 Princípio do Estado Democrático de Direito.....	8
3.1 Estado Liberal de Direito	8
3.2 Estado Social de Direito ou Estado do Bem Estar Social	10
3.3 O Estado Democrático de Direito	13

Capítulo II PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

1 Conceito	17
2 Funções	18
3 Características	18
4 Colisão entre princípios	19
5 O que significa para o princípio ser norma jurídica?.....	20
6 O intérprete não deve se submeter a uma interpretação estritamente legalista, mas aos princípios constitucionais	21
7 Posição da doutrina	22
8 Posição do STF	26
8.1 Meus comentários.....	27

Capítulo III

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

1 Conceito	29
2 Localização na Constituição Federal.....	30
3 Relação entre a dignidade e os direitos fundamentais.....	30
4 Princípio da dignidade humana no âmbito dos contratos	31
4.1 Introdução	31
4.2 Conceito	32
5 Releitura de todo o direito positivo à luz dos direitos fundamentais, em especial, na dignidade da pessoa humana.....	33
5.1 Posição do STF.....	34
5.2 Posição do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul.....	35
5.3 Posição da doutrina	35

Capítulo IV

CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS QUANTO AO GRAU DE EFICÁCIA E APLICABILIDADE

1 Introdução	39
2 Conceitos	39
2.1 Vigência.....	39
2.2 Validade ou legitimidade	39
2.3 Eficácia jurídica.....	40
2.4 Aplicabilidade.....	40
3 Tipos de normas constitucionais quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade.....	41
3.1 Classificação de José Afonso da Silva.....	41
3.2 Outras classificações.....	44
3.3 Classificação de Luís Roberto Barroso.....	44
4 Aplicação direta e imediata dos direitos fundamentais, art. 5º, § 1º da CF/88.....	45
4.1 Posição da doutrina	47
4.2 Posição do STF.....	50

Capítulo V

HERMENÊUTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1	Hermenêutica clássica	53
2	Princípios da interpretação conforme a Constituição Federal.....	54
2.1	Supremacia da Constituição	54
2.2	Unidade da Constituição	55
2.3	Presunção de constitucionalidade das leis.....	55
2.4	Interpretação conforme a Constituição	56
2.5	Máxima efetividade	56
2.6	Concordância prática	56
2.7	Interpretação sistemática da Constituição	56
2.8	Proporcionalidade	56
2.9	Proteção ao núcleo central	57
2.10	Proibição de abuso aos direitos fundamentais.....	57
2.11	Princípio da conformidade	57

Capítulo VI

ESTRUTURA NORMATIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: PRINCÍPIOS E REGRAS

1	Introdução	59
2	Diferenças entre princípios e regras jurídicas	59
3	Posição da doutrina	62

Capítulo VII

DIREITOS FUNDAMENTAIS

1	Introdução	67
2	Origem	69
3	Conceito	70
4	Características dos direitos fundamentais.....	74
5	Localização dos direitos fundamentais na CF/88.....	76
5.1	Introdução	76
5.2	Direitos fundamentais catalogados	77
5.3	Direitos fundamentais fora do catálogo.....	78

5.4	Direitos fundamentais, art. 5º, § 2º da CF/88	78
5.5	Direitos fundamentais, art. 5º, § 3º da CF/88	80
5.6	Direitos fundamentais implícitos	81
5.7	A fundamentalidade dos direitos fundamentais em sentido material	82
6	Proteção Especial	83
7	Qual a diferença entre direitos e garantias fundamentais	84
8	Fonte primária dos direitos fundamentais	84
9	Qual a eficácia dos direitos fundamentais?	85
9.1	Introdução	85
9.2	Eficácia vertical	86
9.3	Eficácia horizontal	86
9.3.1	Posição da doutrina.....	94
9.3.2	Posição do STF.....	97
9.3.3	Posição do STJ	101
10	Finalidade.....	102
11	Há hierarquia entre direitos fundamentais?	103
12	Titularidade dos direitos fundamentais	103
12.1	Introdução	103
12.2	Pessoas físicas	104
12.3	Pessoas jurídicas.....	105
12.4	Pessoas jurídicas de direito público.....	105
12.5	Direitos sociais	107
12.6	E os animais?	107
12.7	E pessoas mortas?	108
12.8	Doutrina.....	108
13	Respeito, proteção e promoção dos direitos fundamentais	108
14	O âmbito de proteção dos direitos fundamentais	109
15	Distinção entre direitos fundamentais e direitos humanos	112
16	As várias funções dos direitos fundamentais	113
16.1	Pela teoria clássica do constitucionalista alemão Georg Jellinek (1851-1911).....	113
16.2	A doutrina apresenta as funções dos direitos fundamentais sob outra configuração	114
16.2.1	Direitos de defesa.....	114
16.2.2	Direitos a prestação positiva	115
17	Direitos fundamentais: polos ativo e passivo	115
18	Deveres fundamentais	116
19	A dimensão subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.....	117

20	Evolução (dimensões/gerações) dos direitos fundamentais.....	118
20.1	Primeira dimensão: liberdade	119
20.2	Segunda dimensão: igualdade	121
20.3	Terceira dimensão: fraternidade	133
20.4	Quarta dimensão: tecnologia	134
20.5	Quinta dimensão: paz.....	135
21	Vinculação dos poderes públicos.....	135
22	Posição da doutrina sobre direitos fundamentais.....	137
23	Posição do STF	144

Capítulo VIII

TEORIA DOS "LIMITES DOS LIMITES"

1	Introdução	145
2	Restrições a direitos fundamentais	146
2.1	Restrições diretamente constitucionais	146
2.2	Restrições indiretamente constitucionais	147
2.2.1	Reserva de lei restritiva simples.....	148
2.2.2	Reserva de lei restritiva qualificada.....	149
2.3	Restrições tácitas constitucionais	150
3	Configuração/conformação dos direitos fundamentais/ou ainda, liberdade de definição	151
4	Teoria dos limites dos limites	153
4.1	Objetivo.....	153
4.2	Limitações impostas pela teoria dos limites dos limites às leis restritivas a direitos fundamentais.....	153
5	Princípio da proporcionalidade	155
5.1	Introdução	155
5.2	O princípio da proporcionalidade compreende três subprincípios ..	157
5.2.1	Esclarecimentos de como analisar cada um dos três subprincípios	157
5.2.2	Princípio da adequação	158
5.2.3	Princípio da necessidade: proibição do excesso e proibição de insuficiência.....	159
5.2.4	Princípio da proporcionalidade em sentido estrito (ponderação)	160
5.2.4.1	Introdução.....	160
5.2.4.2	Objetivo	160
5.2.3	Resumo do princípio da proporcionalidade	161

6	Proteção do núcleo essencial dos direitos fundamentais.....	162
6.1	Introdução	162
6.2	Conceito	162
6.3	Algumas situações em que a proteção ao núcleo essencial é afastada	163
6.4	Teorias sobre o núcleo essencial	164
7	Posição da doutrina	164
8	Posição do STF	169

Capítulo IX

COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

1	Introdução	171
2	Conceito	174
3	Formas de resolver colisão de direitos fundamentais	174
3.1	Âmbito de proteção	174
3.2	Verdadeiros conflitos de direitos fundamentais	175
3.3	Como resolver conflito de direitos fundamentais?	177
4	De que forma pode ocorrer colisão de direitos fundamentais?	180
4.1	Colisão entre os próprios direitos fundamentais, chamados também de colisão de direitos fundamentais de modo restrito	181
4.2	Colisão entre os direitos fundamentais e outros valores constitucionais, chamados também de colisão de direitos fundamentais em sentido amplo.....	182
4.3	Colisão entre norma constitucional originária.....	182
4.4	Colisão entre emenda constitucional e norma originária	184
4.5	Colisão entre emenda constitucional e cláusulas pétreas, chamadas também de limites materiais e substanciais	184
4.5.1	As cláusulas pétreas podem ser objeto de emendas à Constituição?.....	185
4.6	Outras situações de cláusulas pétreas.....	187
5	Posição da doutrina	187
6	Concorrência de direitos fundamentais.....	189